



# PODER JUDICIÁRIO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª (DÉCIMA QUINTA) VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, 1142 – Fórum, Centro Cívico – CEP 80530-010. Telefone (41) 3221-9515

## EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

(NU 0006986-51.2020.8.16.0194 PROJUDI)

A Doutora THALITA BIZERRIL DULEBA MENDES, MM. Juíza de Direito Substituta da 15ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, FAZ SABER aos interessados que nos **AUTOS Nº 0006986-51.2020.8.16.0194 (PROJUDI)**, que move **JOAQUIM JOSÉ GRUBHOFER RAULI** em face de **RUBENS MARCHIORATO (CPF: 000.149.159-87)**, será levado a leilão judicial o bem abaixo descrito, observadas as seguintes condições:

- 1º Leilão em 05/10/2021 às 13h00min, por preço igual ou superior ao valor da avaliação;
- 2º Leilão em 19/10/2021 às 13h00min, por preço igual ou superior a 60% do valor da avaliação.

Em não havendo arrematação ou se por qualquer motivo o leilão judicial não se realizar, ficam desde já designadas novas datas:

- 1º Leilão em 09/11/2021 às 13h00min, por preço igual ou superior ao valor da avaliação;
- 2º Leilão em 23/11/2021 às 13h00min, por preço igual ou superior a 60% do valor da avaliação.

**MODALIDADE DO LEILÃO:** Os leilões serão realizados **eletronicamente** com recepção de lances online através do site <https://oleiloes.com.br/>, mediante cadastramento prévio e aprovado do arrematante com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data do leilão, com pagamento à vista. O interessado em adquirir o bem em prestações deverá apresentar proposta por escrito ao Leiloeiro através do e-mail [contato@oleiloes.com.br](mailto:contato@oleiloes.com.br) antes do início do leilão. **LEILOEIRO:** O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Marcelo Soares de Oliveira, matriculado na Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR, sob o nº 08/011-L. Mais informações no site <https://oleiloes.com.br/>, WhatsApp (41) 99870-7000, Telefone 0800-052-4520.

**DESCRIÇÃO DO BEM:** *LOTE DE TERRENO SITUADO NESTA CIDADE, MEDINDO 21,23M DE FRENTE PARA A VA. DR. VICENTE MACHADO, POR 18,90M DE FUNDOS DO LADO DIREITO, DO LADO ESQUERDO MEDE 18M, ONDE FAZ ESQUINA COM A RUA FRANCISCO ROCHA, TENDO DE LARGURA NA LINHA DE FUNDOS 22M, COM A ÁREA TOTAL DE 400M<sup>2</sup>, COM DEMAIS CONFRONTAÇÕES, MEDIÇÕES E CARACTERÍSTICAS NA MATRÍCULA 14.345 DO 6º REGISTRO DE IMÓVEIS DE CURITIBA/PR, IF: 23.006.034.000-9.* **LOCALIZAÇÃO:** Av. Vicente Machado, 1538, Batel, Curitiba/PR.

**VALOR DA AVALIAÇÃO:** R\$ 1.600.000,00, com correção (IPCA-E) até 21/09/2021 (mov. 57.1).

**ÔNUS:** Consta na Matrícula: R-3: Penhora proveniente dos autos nº 49797/2002 em trâmite, na época do registro, perante a 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba; R-4: Penhora proveniente dos autos nº 955/2001 em trâmite perante a 15ª Vara Cível de Curitiba; R-5: Penhora proveniente dos autos nº 60170/2005 em trâmite, na época do registro, perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba; R-6: Penhora proveniente dos autos nº 33581/1999 em trâmite, na época do registro, perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba; R-8: Penhora proveniente dos autos nº 12458-1999-014-09-00-9 em trâmite perante a 14ª Vara do Trabalho de Curitiba; R-9: Penhora proveniente dos autos nº 76020/2008 em trâmite, na época do registro, perante a 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba; R-10: Penhora proveniente dos autos nº 21697/1997 em trâmite, na época do registro, perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba; R-11: Penhora proveniente dos autos nº 11014-2000-651-09-00-0 em trâmite perante a 17ª Vara do Trabalho de Curitiba; R-12: Penhora proveniente dos autos nº 22836-2007-010-09-00-8 em trâmite perante a 10ª Vara do Trabalho de Curitiba; R-13: Penhora proveniente dos autos nº 27510-2000-5-09-0006 em trâmite perante a 6ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV-15: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 26636201365109007 em trâmite perante a 17ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV-16: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 38516004119965090001 em trâmite perante a 1ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV-17: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 00007568820008160001 em trâmite perante a 3ª Vara Cível de Curitiba; AV-18: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 26432001619995090007 em trâmite perante a 7ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV-19: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 11013007220005090014 em trâmite perante a 14ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV-20: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 03717005620005090011 em trâmite perante a 11ª Vara do Trabalho de Curitiba. Débitos de IPTU: Não constam débitos de IPTU conforme relação de débitos ao mov. 74.1. Outros débitos: O ofício nº 1856/2021 remetido à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o ofício nº 1857/2021 remetido à Receita Federal/INSS, o ofício nº 1858/2021 remetido ao IAP e o ofício nº 1859/2021 não retornaram com informações. Observação: Na

forma do art. 908, § 1º, do Código de Processo Civil, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o preço da arrematação, observada a ordem de preferência.

**REMUNERAÇÃO DO LEILÃO:** A remuneração do Leiloeiro será devida observadas as seguintes hipóteses: (a) em caso de arrematação, comissão de 5% sobre o valor da arrematação, sendo devida pelo arrematante; (b) em caso de adjudicação, comissão de 1% sobre o valor da avaliação, sendo devida pelo exequente; (c) em caso de remição, comissão de 2% sobre o valor pelo qual o bem foi resgatado, sendo devida pelo remitente; (d) em caso de acordo ou transação, comissão de 1% sobre o valor da avaliação, sendo devida pelo executado. Além da remuneração da comissão, o Leiloeiro poderá cobrar o ressarcimento das despesas efetuadas. A comissão e o ressarcimento das despesas efetuadas deverão ser pagas à vista no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, mediante depósito, tal como o preço, porém, sendo nula ou anulada a arrematação serão devolvidos os valores recebidos a título de comissão.

**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** 1ª Observação: Consoante o disposto no artigo 892 do CPC, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico; 2ª Observação: Artigo 895 do CPC: “O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil”; §1º A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. §4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento (10%), sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. §6º A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. §7º A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. §8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: I – em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; II – em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar (art. 895 do CPC) e §9º No caso de arrematação a prazo, os pagamentos feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado.

**RECURSO(S) PENDENTE(S):** Nada consta.

**INTIMAÇÕES E OBSERVAÇÕES:** Tratando-se a alienação judicial de hipótese de aquisição originária da propriedade pelo adquirente, o(s) bem(s) será(ão) vendido(s) livre(s) e desembaraçado(s) de ônus, inclusive, os de natureza fiscal (art. 130, § único, do CTN) e os de natureza *propter rem* (art. 908, § 1º, do CPC). A venda será efetuada no estado em que o imóvel se encontra e em caráter *ad corpus*. Será resguardada a quota-parte do cônjuge com o produto da alienação (art. 843 do CPC), em sendo o caso. A imissão na posse ficará a cargo do arrematante (art. 901 do CPC). Na forma da lei, ficam intimados das datas e horários dos leilões o senhorio direto, o usufrutuário, o credor com garantia real e/ou penhora anteriormente averbada, desde que não sejam de qualquer modo parte da execução. Caso não tenham sido anteriormente intimados por qualquer outro meio legalmente estabelecido, ficam intimados o executado RUBENS MARCHIORATO e os interessados OSMAEL GARCEZ, RUBENS GOLDENBERG e TERESA AMALIA GUBERT MARCHIORATO (art. 889 do CPC). No caso de diligência negativa de intimação dos executados, do cônjuge, corresponsáveis, credores hipotecários, usufrutuários, senhorios-diretos e coproprietários, ficam estes desde já intimados através do presente das datas designadas para os leilões do bem penhorado e dos demais dados constantes neste. Caso não haja expediente forense na data designada, o ato é automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. Por fim, caso não haja arrematação nas datas designadas, o bem poderá ficar, a critério do Juízo, disponível para venda direta pelo período de 60 (sessenta) dias que se sucederem ao leilão, nas mesmas condições mínimas fixadas para o primeiro leilão. A fim de dar ampla divulgação ao presente leilão, este edital será publicado na modalidade eletrônica, sendo que o Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente, o qual se presume ser de conhecimento de todos os interessados. Do que para constar, expedi o presente edital, que será publicado nos termos da lei. Curitiba/PR, 21/09/2021. Eu, Leiloeiro Público Oficial, que o fiz digitar, por ordem da MM. Juíza de Direito Substituta.

**THALITA BIZERRIL DULEBA MENDES**  
Juíza de Direito Substituta